

A ATUAÇÃO DO PROFESSOR NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO DAS CRIANÇAS COM AUTISMO EM ESCOLA PÚBLICA.

Silândia de Oliveira Fontes Barboza ¹

Bruno Alves de Souza ²

RESUMO

Todas as crianças têm o direito a uma escola inclusiva, independente de sua condição social, proporcionando a inclusão de alunos com deficiência, como o autismo, no ensino regular. A educação inclusiva é complementada com o Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado como apoio específico no contraturno das aulas regulares. Este trabalho tem como finalidade analisar a atuação do Professor no AEE com alunos com autismo nas escolas públicas. Utiliza uma metodologia com base em referenciais teóricos, de acordo com os autores como Freire (2011), Mantoan (2003, 2008), Oliveira (2012), Sassaki (2006), Hargreaves (2002), Nogueira (2007), Mello (2004, 2007), Suplino (2005), Andrade (2006), entre outros. Também se apoia em leis, como: Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI)- Lei nº 13.146/2015, Lei nº 12.764/2012 da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA), entre outras voltadas para a inclusão daqueles sujeitos no convívio escolar. Com base nos resultados coletados, pude constatar que o atendimento das crianças com tal transtorno é feito semanalmente, que existe um plano individualizado, que a sala multifuncional ainda deixa muito a desejar e que o planejamento em conjunto do profissional do AEE com o professor da sala regular não existe. Todavia, destacamos a dedicação e o compromisso do professor de ambas as salas para que a inclusão aconteça, mesmo diante das limitações da escola pública. Reconheço que o professor tem um papel de suma importância, pois deve estar sempre pesquisando e enriquecendo sua formação profissional, bem como participando de capacitações para que possa adquirir conhecimentos, e assim planejar atividades de maneira adequada que atendam a demanda. E que seja capaz de enxergar o potencial e as limitações de cada um desses alunos e suas características na aquisição de novos conhecimentos.

Este resumo deverá ser o mesmo utilizado no formulário de submissão. O resumo simples caracteriza uma síntese do artigo produzido. Poderá apresentar as principais informações da pesquisa, e para isso, deverá ser formatado com base nas seguintes orientações: parágrafo único, de 200 a 300 palavras, texto justificado, regular, tamanho 11, espaçamento simples, sem referências bibliográficas, tabelas, gráficos, citações ou destaques de qualquer natureza. Nele devem constar: a síntese do trabalho, o referencial teórico-metodológico e os principais resultados. As palavras-chave devem conter de 3 (três) a 5 (cinco) termos, separados entre si por vírgula e finalizados por ponto.

Palavras-chave: ATUAÇÃO DO PROFESSOR, EDUCAÇÃO INCLUSIVA, AEE, AUTISMO

INTRODUÇÃO

¹ Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Estadual - RN, oliveirasilandiadeoliveirafont@gmail.com



A atuação do professor na educação inclusiva, destacando o Atendimento Educacional Especializado (AEE), que busca atender alunos com deficiências, como o autismo.

A importância do professor no processo pedagógico e a atuação com crianças com autismo no AEE na rede pública de ensino para que o aluno consiga desenvolver caminhos na busca pela aquisição do conhecimento na sala de aula regular e do AEE .

Explorando as especificidades garantindo o acesso, a participação e a aprendizagem dos indivíduos sem distinção, favorecendo o convívio e adaptação de estudantes com deficiência na escola regular, permitindo a todos o direito à escolarização, através de uma prática pedagógica que desenvolva todos os aspectos humanos sejam eles, cognitivo, motor, psicológico, emocional, social e afetivo.

OBJETIVO GERAL:

Analisar a atuação do professor no AEE com crianças com autismo em escolas públicas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Mostrar a necessidade de uma educação inclusiva de qualidade, que respeite as particularidades e promova o desenvolvimento pleno em todos os aspectos da vida escolar.

Apresentar o Atendimento Educacional Especializado (AEE), como um dos suportes nas escolas no processo de inclusão com crianças com autismo na escola pública e fortalecimento do ensino aprendizagem.

REFERENCIAL TEÓRICO

Paulo Freire (2011) destaca a importância do professor no ensino-aprendizagem, enfatizando que o papel do educador vai muito além da simples transmissão de conhecimentos. Ele acreditava que a educação deveria ser um processo dialógico, no qual professores e alunos aprendem juntos em um ambiente de troca mútua. Sempre enfatizou o respeito à autonomia e à capacidade dos alunos de pensar criticamente. O professor deve ser um orientador, ajudando os alunos a desenvolverem



sua autonomia intelectual, não impondo respostas prontas, mas a se tornar um sujeito ativo no seu próprio processo de aprendizagem e na transformação da sociedade.

Na sociedade atual, a inclusão tem promovido transformações nos espaços físicos e na mentalidade de todas as pessoas, inclusive da própria criança com deficiência. Escreve Mantoan (2008) que a temática da inclusão no âmbito escolar e social chama a atenção de pesquisadores, estudiosos e, no contexto acadêmico, o interesse é em função de ser uma importante questão presente na sociedade contemporânea, sendo, portanto, um caminho que possibilita conhecer as dificuldades de inserção dessas pessoas na escola e no trabalho.

É primordial dar atenção à escolarização oferecida ao aluno com deficiência, considerando a trajetória e o processo de inclusão em salas de aula do ensino regular. Deve-se conhecer as deficiências e buscar estratégias e metodologias que contemplem tais necessidades, como o Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Autismo ainda não tem uma causa específica definida, é chamado de Síndrome (conjunto de sintomas), onde o grau de comprometimento pode variar do mais severo ao mais brando e atinge todas as classes sociais, em todo o mundo. Em 1943, o psiquiatra Leo Kanner, publicou um artigo no qual descrevia uma síndrome “rara” caracterizada por uma série de sintomas, a qual chamou autismo. Baseava-se no diagnóstico de três pilares do autismo: deficiência no desenvolvimento da linguagem, interação social pobre e interesses e movimentos repetitivos. (NOGUEIRA, 2007).

Segundo Suplino (2005), o autismo é um problema neurológico que se manifesta normalmente em crianças antes dos dois anos e meio de idade sendo mais comum em meninos que em meninas. Elas se revelam casualmente indiferentes ou avessas a demonstrações de afeto e ao contato físico, às vezes desenvolve mais tarde uma ligação mais estreita com pais ou certos adultos. O desenvolvimento da fala é lento, senão ausente, caracterizando-se pela repetição daquilo que é dito por terceiros ou pela substituição das palavras por sons.

O autismo é um transtorno invasivo do desenvolvimento (TID), diagnóstico totalmente diferenciado de um quadro psicótico, passou a classificar esta condição com uma síndrome e referir-se à mesma como Autismo Infantil Precoce, ela apresenta as principais dificuldades de contato com pessoa, desejo obsessivo de manter as situações sem alterações, ligação especial com objetos. (SUPLINO, 2005, p.16).



Atualmente o número de casos diagnosticados de autismo vem aumentando significativamente em idades mais precoces, porém ainda é surpreendente devido à diversidade de sintomas que pode apresentar: desde a falta de reação a sons e dor, incapacidade de reconhecer situações de perigo, problemas de linguagem, de relacionamento e alterações comportamentais. A psiquiatria moderna o define como um distúrbio do desenvolvimento. Mello (2007) apresenta em seu livro alguns sintomas que são essenciais para identificar o transtorno:

Usa as pessoas como ferramenta, resiste à mudança de rotina, não se mistura com outras crianças, não mantém contato visual, age como se fosse surdo, resiste ao aprendizado, apresenta apego não apropriado a objetos, não demonstra medo de perigos, gira objetos de maneira bizarra e peculiar, apresenta risos e movimentos não apropriados, resiste ao contato físico, acentuada hiperatividade física, às vezes é agressivo e destrutivo, apresenta modo e comportamento indiferente e arredo. (MELLO, 2007, p.72).

Boa parte das crianças com tal diagnóstico apresentam aparência normal e ao mesmo tempo um perfil de desenvolvimento irregular. Os mesmos têm dificuldades de comunicação e interação social, normalmente são agitados, não gostam de sair da rotina. Não conseguem olhar nos olhos de outras pessoas e demoram a começar a falar, isso quando falam. Algumas famílias apresentam dificuldades em aceitar o diagnóstico ou enxergar que o filho tem autismo. A Associação de Amigos do Autista (AMA) indica alguns passos que os pais ao receberem o diagnóstico devem se orientar para lidar da melhor forma possível com esse transtorno.

A experiência da AMA que é uma experiência de pais e de educadores de pessoas com autismo, constatou a importância de três caminhos a serem conscientemente buscados pelas famílias que se deparam com a questão do autismo em suas vidas: Conhecer a questão do autismo. Admitir a questão do autismo. Buscar apoio de um grupo de pessoas que estejam envolvidas com a mesma questão e que procuram conviver com ela da melhor maneira possível. (MELLO, 2007, p. 14).

Ao receberem o diagnóstico, as famílias primeiramente devem fazer pesquisas, com o propósito de conhecer e entender esse transtorno, procurando ajuda através de pessoas que passam pela mesma situação, para que se sintam mais capazes e preparadas para enfrentar e conviver com o autismo.

É importante ressaltar que estes distúrbios estão frequentemente associados a várias outras condições. Os atrasos do desenvolvimento são comuns nas áreas de habilidades intelectuais e na maioria dos casos há uma associação à deficiência mental. (SUPLINO, 2005, p.17)



Pessoas com TEA na maioria dos casos têm uma síndrome associada. Elas podem apresentar epilepsia, síndrome de down, cegueira, surdez, esquizofrenia e até mesmo retardo mental. Porém, praticamente todas conseguem aprender atividades básicas do convívio diário. Esse fato mostra a importância de uma escola inclusiva acessível a todos, que respeite as diferenças e valorize a diversidade.

Com a Constituição Federal de 1988, esses direitos são garantidos para todos e se estabelece que é dever do Estado assegurar a educação básica obrigatória e gratuita, além de oferecer atendimento especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (artigos 205 e 208). Também se fundamenta nos princípios e na filosofia de que todos devem ter iguais oportunidades para aprender e desenvolver suas capacidades, habilidades e potencialidades para assim alcançar a independência social e econômica, bem como se inserir totalmente na vida em sociedade.

A partir da década de 1990, criou-se uma nova concepção de Educação Especial, que trouxe mudanças muito significativas, através das políticas públicas para a inclusão dessas crianças no convívio escolar. Com a elaboração da Declaração de Salamanca na Conferência Mundial sobre Educação Especial na Espanha, no ano de 1994, emergiram orientações às organizações e governos em suas práticas com o propósito de fornecer diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão social.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) estabelece que a educação deve ser inclusiva, assegurando o atendimento educacional especializado para alunos com deficiência em todas as etapas da educação, preferencialmente na escola regular (Lei nº 9.394/1996, artigo 58).

Com o Decreto nº 7.611/2011, surge mais oportunidade de crescimento educativo, pois o mesmo regulamenta a educação especial no contexto da educação inclusiva e determina que as escolas públicas devem oferecer o AEE para alunos com deficiência, incluso o autismo, como forma de apoio ao ensino regular.

Logo em seguida, veio a Lei nº 12.764/2012 que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA), reconhecendo as pessoas com autismo como pessoas com deficiência. A lei garante que tais sujeitos tenham acesso à educação em escolas regulares, com suporte especializado, como o AEE.



O Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei nº 13.005/2014 consolida esses direitos estabelecendo metas para a universalização da educação inclusiva, com foco na ampliação do atendimento a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (como o autismo) e altas habilidades, garantindo a oferta de atendimento especializado.

Compreendendo a necessidade de um currículo que contemple cada necessidade, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) - Lei nº 13.146/2015 reforça o direito à educação inclusiva e proíbe a recusa de matrícula de estudantes com deficiência, como autismo, em escolas públicas e privadas. Garante também a adaptação curricular e os recursos de acessibilidade necessários para o pleno desenvolvimento desses alunos (artigos 27 e 28).

É preciso atenção ao enfoque direcionado à escolarização oferecida ao aluno com deficiência, escreve Mazzotta (2005), pois aqui pode estar presente uma visão dinâmica ou não linear da relação, entre a pessoa com deficiência e a educação escolar comum ou especial.

Incluir alunos com deficiência em sala de aula da escola regular implica em refletir sobre mudanças nos ambientes de aprendizagem e, principalmente, sobre a função e o papel do professor no sentido de assegurar que o aluno com dificuldade de aprendizagem faça efetivamente parte desse processo e não seja discriminado em função da sua necessidade educacional (SASSAKI, 2006).

O processo de inclusão é fundamental na atualidade, todavia também se faz necessário o preparo dos docentes para trabalhar com esses alunos, com capacitações e formação continuada, bem como materiais e ferramentas que possibilitem a execução de um trabalho que contemple as individualidades e diferenças encontradas na comunidade escolar em que os alunos estão inseridos. Oliveira (2012) cita que:

[...] a escola inclusiva deve atender às necessidades de “todos” e quaisquer alunos, nessa escola, as atitudes enfatizam uma postura não só dos educadores, mas de todo o sistema educacional. Uma instituição educacional com orientação inclusiva é aquela que se preocupa com a modificação da estrutura, do funcionamento e da reposta educativa que se deve dar a todas as diferenças individuais, inclusive às associadas a alguma deficiência em qualquer instituição de ensino, e em todos os níveis de ensino.(OLIVEIRA,2012, p.95)



A pesquisa foi realizada em uma escola pública no 2º ano com 14 alunos, do Ensino Fundamental, localizada na cidade de Martins/RN. A mesma foi escolhida por se tratar de um centro educacional que atende crianças da Educação Infantil (pré I e II) e de



Foram realizadas observações na sala do AEE e na sala do ensino regular. Além disso, foi construído um pequeno questionário para ser respondido pela professora do AEE (pedagoga, sem formação em educação especial). Ele foi aplicado em agosto de 2024, tendo sido respondido de maneira síncrona pelas participantes. Na oportunidade, busquei aferir também as formações da professora da sala regular e da auxiliar de apoio. As mesmas preferiram não ser identificadas, porém muito contribuíram para que o trabalho fosse consolidado. Desta forma, adotei nomes fictícios para os personagens envolvidos, como: Belinha (professora do AEE), Cristal (professora da sala regular), Eudora (auxiliar de apoio) e Mel (aluna com autismo).

Com base nos dados coletados, foi possível realizarmos uma abordagem mais aprofundada da realidade da escola pública do nosso Município, o AEE, a atuação do professor, e como é feito o atendimento das crianças com deficiências como o autismo.

Gil (2002, p.41) diz que a pesquisa exploratória: “Tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito”. Viabilizando o estudo da temática abordada em diferentes aspectos e ângulos, permite-se uma visão mais crítica e construtiva a partir dos referenciais teóricos, legislações e demais conteúdos abordados, com o objetivo ampliar o nosso trabalho.



Abordarei a seguir algumas características das pessoas com tal diagnóstico, como é realizado esse atendimento na sala do AEE, como é organizado o Plano de Atendimento Individualizado (PAI), de quais recursos dispõe a sala multifuncional e como é feita a interação ou planejamento com a professora da sala regular.

RESULTADO E DISCUSSÕES:

Compreendendo o universo da pesquisa através do diagnóstico da escola e a formação dos participantes observados:

Belinha - professora do AEE	Graduada em Pedagogia
Cristal - professora da sala regular	Graduada em Pedagogia e Pós-graduada em Educação Especial
Eudora - Auxiliar de apoio	Cursando Pedagogia
Mel - Aluna com Autismo	Cursando o 2º ano do Ensino Fundamental e sala do AEE

Pontos fundamentais para um trabalho de qualidade e equidade na sala de recursos Multifuncionais do AEE. Quadro de perguntas e respostas mostrando a realidade do atendimento na sala do AEE:

Perguntas	Respostas
Como é realizado esse atendimento na sala do AEE?	É realizado uma vez na semana, porém temos muitas dificuldades em trazer essas crianças no contraturno. Diante dessa dificuldade, muitas delas são atendidas no horário da aula normal, em média 1 hora de atendimento.
Como é organizado o Plano de Atendimento Individualizado (PAI)?	Geralmente sou eu que organizo, a partir de conversas com a família, professores, gestor e coordenador.



Quais recursos dispõe na sala multifuncional?	Alguns jogos educativos adaptados para desenvolver habilidades cognitivas, sociais e motoras, alfabeto táteis e outros materiais manipulativos que auxiliam no desenvolvimento de habilidades táteis e cognitivas.
Como é feita a interação ou planejamento com a professora da sala regular?	Através de conversas e relatos da vivência da criança.
Quais as experiências enriquecedoras que muito tem contribuído para o crescimento educacional de cada criança?	Varia com o perfil da criança, suas habilidades, desafios e o contexto escolar, sempre tem um impacto positivo no processo de ensino-aprendizagem. Podemos citar: as brincadeiras dirigidas, os jogos adaptados, atividades artísticas (dança, pintar, desenhar, música), atividades voltadas para o socioemocional e participação da família.

Limitações como sala de recursos que deixa muito a desejar, contendo apenas o básico. Embora a boa vontade dos professores de AEE seja importante, não é suficiente se a instituição escolar não apoiar, fornecendo equipamentos adequados para as Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) para a modernização das práticas educacionais

Um projeto político pedagógico (PPP) e um currículo que contemple as necessidades básicas da comunidade escolar e direcione os docentes nas suas ações na colaboração e mediação no processo de inclusão

Características fundamentais para detectar o autismo nas crianças (dificuldades na comunicação com atraso no desenvolvimento da fala ou ausência dela, uso repetitivo ou incomum de palavras e frases, movimentos repetitivos, como balançar o corpo, bater as mãos ou girar objetos, apresenta resistência a mudanças nas rotinas diárias).

Perfil de uma aluna observada na sala do AEE, com base no ambiente escolar que está inserida:

Nome fictício	Mel
Gênero	Feminino
Idade	8 anos
Série	2º ano do Ensino Fundamental
Diagnóstico	Transtorno do Espectro Autista (TEA), sem deficiência intelectual e com linguagem funcional prejudicada



O planejamento de forma integral é de suma importância para que não aconteça discriminação e exclusão das crianças com TEA, fomentando a socialização e a convivência de maneira igualitária, construindo uma educação com equidade e qualidade, de maneira autônoma, crítica e inclusiva.

CONCLUSÃO:

Ressaltamos e refletimos sobre a atuação do professor, a função das salas do AEE com as crianças com autismo nas escolas públicas, e o direito desses alunos na rede de ensino regular.

Verificamos a abordagem do Transtorno do Espectro Autista (TEA), conhecendo as características e os níveis, com base nas deficiências e individualidades de cada pessoa do ponto de vista mental, físico e motor. Valorizando a elaboração de um plano individualizado.

Salientando que é preciso que haja mais compromisso dos órgãos públicos, das instituições educacionais e da família para poderemos diminuir as desigualdades, tornando a sociedade mais solidária e inclusiva, onde todos os segmentos caminhem no mesmo objetivo.

O aluno é um ser social participativo, que tem condições de aprender, na socialização e no ambiente escolar, com salas de recursos equipadas adequadamente e profissionais qualificados para atender as crianças com deficiência. Socializando e consolidando competências e habilidades de forma acolhedora e integral, e consequentemente melhorando a qualidade de vida, a autonomia e independência da criança com autismo dentro e fora da escola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais, recurso eletrônico, DSM-5. Trad. Maria Inês Corrêa Nascimento, rev. téc. Aristides Volpato Cordioli, 5. ed. Dados eletrônicos. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 8. Ed., São Paulo: Atlas, 2006.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.



BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, 1989.

BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 18 nov. 2011.

BRASIL, Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012. Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtornos do Espectro Autista. Presidência da República, Casa Civil.

BRASIL. Lei Federal 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 25. Jun. 2014.

BRASIL, Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: **Saberes Necessários à Prática Educativa**. 43ª ed. São Paulo: Paz e Terra,

